



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680097 - SP (2021/0218907-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : EDSON BAIRD FERRAZ
ADVOGADO : EDSON BAIRD FERRAZ - SP148347
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YGOR DO AMARAL DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YGOR DO AMARAL DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 0026616-72.2018.8.26.0554).

O paciente foi condenado à pena de 20 anos, 8 meses e 26 dias de reclusão em regime inicial fechado pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, e § 4º, parte final, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, a necessidade de a) fixação da pena-base no mínimo legal; b) afastamento da qualificadora do recurso que dificultou a defesa do ofendido; e c) aplicação do grau máximo de diminuição de pena em razão da tentativa.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que a pena do paciente seja reduzida nos termos pleiteados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente